

## COMUNICADO DO BCV SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

As demonstrações financeiras auditadas do Banco de Cabo Verde (BCV), referentes a 31 de dezembro de 2017, evidenciam um ativo total de 68.207.271 milhares de escudos cabo-verdianos (mCve) e um capital próprio negativo de 2.447.849 mCve.

À semelhança do que se tem verificado em bancos centrais de muitos países em desenvolvimento, a atividade do BCV vem sendo condicionada sobretudo pela evolução do ambiente económico mundial, a partir da crise financeira iniciada em 2007.

### 1 - Ambiente Económico e Financeiro

O ambiente económico e financeiro tem evoluído no sentido de limitar a capacidade do BCV de gerar resultados positivos, sendo, no entanto, bastante diverso o efeito dos fenómenos identificados:

- A evolução da taxa de inflação – Nos últimos dez anos, a taxa de inflação em Cabo Verde tem-se mantido relativamente baixa, com uma taxa média de cerca de 2 por cento. Esta redução, associada a um maior acesso do país ao mercado financeiro internacional, contribui para uma descida sustentada das taxas de juros nos últimos anos;

No caso do BCV, a redução da taxa de juro das operações de cedência de liquidez, conjugada com a redução do nível de endividamento do Estado junto do Banco, têm condicionado a evolução das receitas provenientes das operações de crédito. Relativamente às operações de crédito com os bancos comerciais, estas são insignificantes dado o excesso estrutural de liquidez existente no sistema;

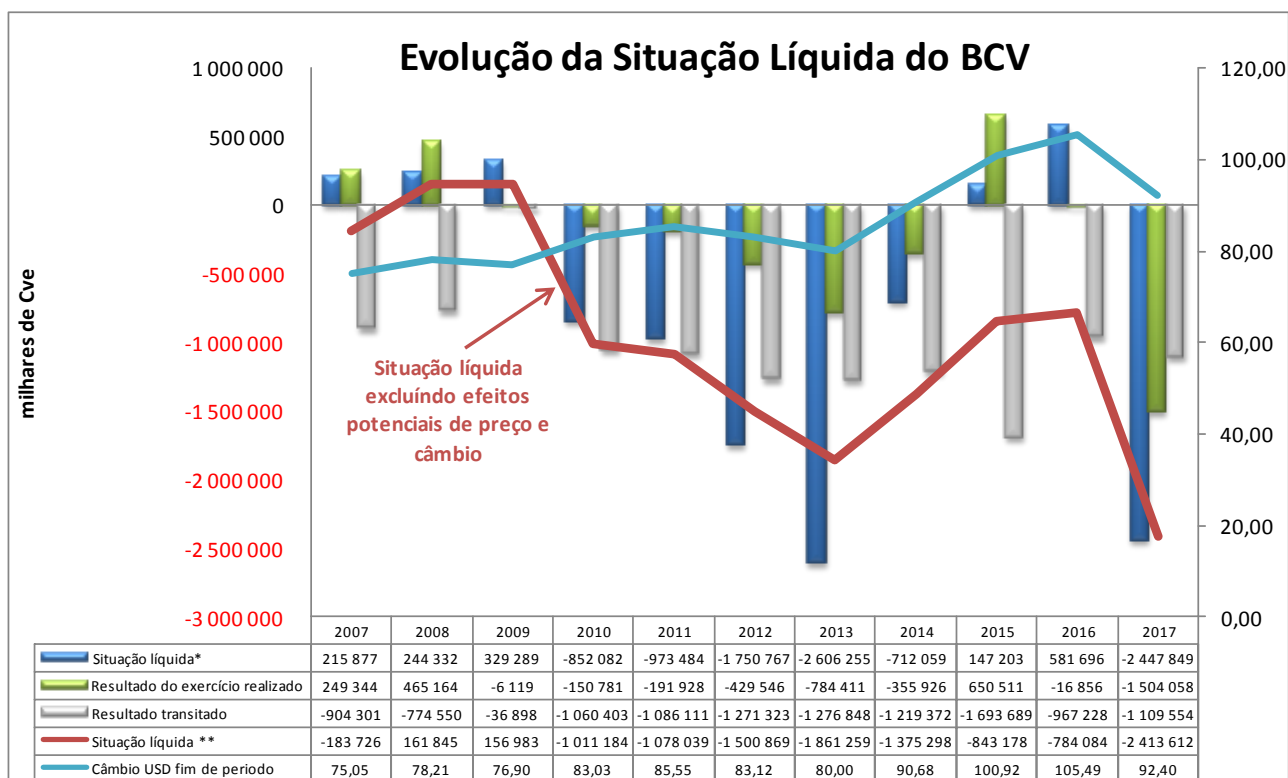
- Acumulação de reservas externas – Cabo Verde tem registado nos últimos anos um aumento progressivo das suas disponibilidades em moeda estrangeira. Este crescimento das reservas externas induziu um aumento mais do que desejado da massa monetária, face à dinâmica da economia, o que levou o BCV a intervir no mercado monetário, realizando operações de esterilização como forma de controlar o aumento da massa monetária. Por outro lado, a manutenção de um nível relativamente elevado de reservas, condição indispensável à manutenção da credibilidade do regime cambial, tem imposto custos crescentes ao Banco Central, dado o diferencial de taxas existente entre os passivos domésticos e as aplicações no estrangeiro das reservas do Banco.



As operações em moeda estrangeira nas suas várias modalidades explicam o essencial do comportamento dos resultados do Banco. A baixa taxa de rentabilidade dos ativos externos e as flutuações nas taxas de câmbio, com destaque para a depreciação do dólar dos EUA face ao Euro, têm impactado negativamente os resultados, factos que não são alheios à situação da economia mundial.

Note-se que na definição da composição cambial da sua carteira, o BCV toma em consideração todos os passivos externos do país. Assim no caso duma depreciação do dólar, embora o impacto seja negativo ao nível das contas do BCV, dado o país ser um importador líquido e dispor dum nível elevado de dívida externa expressa em dólares, globalmente Cabo Verde beneficia com a situação. A título de exemplo, a referida depreciação terá contribuído, em parte, para a redução do rácio dívida pública/PIB em 2017.

Recorde-se que desde 2010, o Banco de Cabo Verde vê-se confrontado com uma situação de insuficiência de capitais próprios.



\*Situação Líquida incluindo Resultado não Realizado

\*\* Situação Líquida excluindo efeitos potenciais de preço e câmbio



Esta situação interpela a uma intervenção do Governo, conforme previsto na Lei Orgânica do Banco, mais especificamente no seu artigo 4º, nº 3 e na alínea b), nº 8, do artigo 57º, para colmatar a situação de défice.

O BCV tem comunicado ao Governo a situação de insuficiência de capitais, com a indicação da necessidade do cumprimento do previsto na mencionada lei. De igual modo, propôs ao Governo o aumento do capital social do Banco, considerando que este se encontra desfasado da realidade, particularmente num contexto em que o Banco Central é confrontado com um conjunto de desafios cada vez mais exigentes para além de ter havido um aumento significativo do capital mínimo exigível aos bancos.

No quadro da articulação existente entre o Governo e o BCV, esta situação de défice vem sendo devidamente acompanhada pelas duas instituições.

É de se realçar que a gestão do BCV tem-se pautado pela contenção das despesas, nomeadamente as de natureza administrativa, sobre as quais o Banco tem alguma margem de atuação.

Refira-se que enquanto uma das instituições estratégicas essenciais do país, que tem por missão primordial garantir a manutenção da estabilidade de preços e a estabilidade do sistema financeiro, o BCV é um pilar incontornável da República de Cabo Verde.

Por outro lado, enquanto Banco emissor, não está comprometida a continuidade da instituição e o cumprimento das suas obrigações financeiras, independentemente da sua natureza.

Todavia, é fundamental o equilíbrio da situação financeira e patrimonial do BCV enquanto fator crucial para a manutenção e reforço da independência da instituição. Note-se que o BCV goza de uma ampla autonomia na prossecução do seu mandato.

## **2 - Necessidade de Restabelecimento da Saúde Financeira do Banco de Cabo Verde**

Apesar dos condicionalismos existentes, pode-se controlar de certa forma a situação financeira do Banco atuando sobre variáveis de natureza quantitativa e qualitativa sobre as quais tem alguma margem de atuação. As variáveis sobre as quais o Banco pode agir são sobretudo do lado dos custos. De facto, do lado das receitas, estas ou são determinadas por outras entidades, como é o caso do endividamento público, ou são condicionadas pela conjuntura internacional (taxas de juro, de câmbio e preço) e por objetivos estratégicos da gestão económica do país, nomeadamente a manutenção da credibilidade do regime de peg fixo ao Euro, da estabilidade de preços e do sistema financeiro.



Não havendo muita margem de manobra do lado das receitas, a atuação do Banco deve centrar-se nas seguintes variáveis:

**Reforço da solidez do sistema financeiro nacional** – O BCV trabalha continuamente visando o reforço da capacidade de regulação e supervisão do sistema financeiro nacional. O Banco continuará a reforçar a supervisão micro e macroprudencial, numa abordagem baseada no risco, e a fortalecer os mecanismos que garantam a estabilidade do sistema financeiro, no âmbito do pacote legislativo para o setor financeiro, com ênfase na implementação criteriosa da Lei de Bases do Setor Financeiro, da Lei das Atividades das Instituições Financeiras e da Lei que cria o Fundo de Garantia de Depósitos;

**Determinação do nível ótimo de reservas externas do país** – A credibilidade de um regime de câmbios fixos passa em larga medida pelo volume de divisas que o banco central detém, e a questão coloca-se com maior acuidade no caso dos países em desenvolvimento que enfrentam dificuldades em conseguir linhas de crédito de apoio junto de outros bancos centrais, quando em situação de crise. A manutenção de um elevado volume de reservas externas pelos bancos centrais comporta custos, uma vez que estas muitas vezes são mantidas através de intervenções no mercado monetário, utilizando instrumentos financeiros com uma taxa de rentabilidade superior à rentabilidade conseguida com a aplicação das reservas externas nos mercados internacionais. Por este motivo e como medida de controlo de custos, o BCV continuará a avaliar e a determinar o nível de reservas externas que lhe permite conciliar os diversos objetivos que tem em vista. De igual modo, o BCV continuará a avaliar alternativas de investimento que reflitam o perfil de risco exigido a um banco central, num contexto desfavorável. Continuará a analisar e a avaliar a sua composição cambial e os mecanismos de cobertura de risco cambial, sem descuidar o contexto e as especificidades macroeconómicas do país;

**Controlo dos custos operacionais** – Os custos operacionais, designadamente os custos com o pessoal e os fornecimentos de terceiros, são as variáveis sobre as quais o Banco tem um maior nível de controlo. Os custos com o pessoal deverão continuar a ser objeto de uma avaliação permanente, comparando sempre os custos incorridos, os resultados obtidos e o posicionamento do Banco relativamente aos bancos centrais de países comparáveis. Prosseguir-se-á com a definição de um quadro de pessoal que seja adequado e continuar-se-á a adotar uma política de pessoal que tenha em conta as limitações financeiras do Banco e a qualidade necessária ao bom desempenho das suas atividades. Relativamente aos fornecimentos de serviços de terceiros, o Banco deverá prosseguir com a adoção das melhores práticas de gestão e controlo destes custos. Neste sentido, o BCV mantém a sua estratégia de melhoria contínua dos processos e de otimização da sua estrutura orgânica, com vista à obtenção de ganhos de eficiência e eficácia;



**Autonomização dos Fundos sob a responsabilidade do Banco** – O BCV tem sob a sua responsabilidade os encargos de segurança social de parte dos seus colaboradores e a gestão do Fundo de Garantia Automóvel e Marítimo. Por uma questão de transparência, o Banco deverá autonomizar estes fundos para que a todo o momento se possa conhecer a situação líquida dos mesmos.

Face ao acima exposto e em jeito de conclusão, importa referir que o BCV presta importantes serviços ao sistema económico e financeiro nacional. A sua atuação inscreve-se em primeiro lugar na promoção do desenvolvimento da economia de Cabo Verde e do bem estar da sua população, através de um adequado desempenho das suas importantes atribuições. Nesta perspetiva – enquanto Banco Central e instituição da República com assento constitucional - assume-se como um provisor fundamental de bens públicos e de externalidades positivas, em sintonia com a sua qualidade de instituição estratégica essencial em Cabo Verde.

BCV, aos 25 de maio de 2018

